

A VANGUARDA DO ATRASO: O ORNITORRINCO COMO PARADIGMA DA RAZÃO DIGITAL¹

THE VANGUARD OF BACKWARDNESS: THE PLATYPUS AS A PARADIGM OF DIGITAL REASON

Rafael Amaral Vieira

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i2.133>

RESUMO: Este ensaio propõe que o Brasil deixou de ocupar a periferia temporal do capitalismo para tornar-se seu laboratório avançado. A partir da metáfora do Ornitorrinco, de Francisco de Oliveira, argumenta-se que a combinação brasileira de alta tecnologia, informalidade estrutural e superexploração não representa um atraso histórico, mas o paradigma emergente da razão digital. A plataformização do trabalho universaliza uma lógica que o Brasil conhece há séculos: a fusão entre vida nua, precariedade e eficiência econômica. Dialogando com Byung-Chul Han, Walter Benjamin, Mbembe e Milovic, o texto sustenta que o “sujeito do desempenho” encontra, no Sul Global, sua expressão mais radical — não como neurose do sucesso, mas como luta pela sobrevivência. A estética digital da periferia, capturada pelo algoritmo como commodity global, reforça um regime de visibilidade que estetiza a miséria e neutraliza sua potência política. Ao deslocar a soberania para o código e substituir o Direito pela programação, o capitalismo de plataforma realiza a universalização do Ornitorrinco. O ensaio conclui que o Brasil não é o passado do capitalismo, mas seu futuro — um futuro onde a modernidade alcança sua forma mais brutal ao transformar o colapso social em motor de acumulação.

PALAVRAS-CHAVE: Ornitorrinco digital; Plataformização; Precariedade; Sociedade do desempenho; Colonialidade.

ABSTRACT: This essay argues that Brazil has ceased to occupy the temporal periphery of capitalism and has instead become its advanced laboratory. Drawing on Francisco de Oliveira’s Platypus metaphor, it contends that Brazil’s fusion of high technology, structural informal labor, and systemic over-exploitation is not a sign of historical backwardness but the emerging



1 O presente artigo participou do Prêmio Miroslav Milovic “Juventude Filósofa” no ano 2025.

paradigm of digital reason. Platform capitalism universalizes a logic long familiar in Brazil: the entanglement of bare life, precariousness, and economic efficiency. In dialogue with Byung-Chul Han, Walter Benjamin, Mbembe, and Milovic, the essay claims that the “performance subject” finds in the Global South its most radical expression—not as a pursuit of success but as a struggle for survival. The digital aesthetics of the periphery, captured by algorithms as global commodities, produce a regime of visibility that turns misery into spectacle while neutralizing its political force. By shifting sovereignty to code and replacing Law with programming, platform capitalism completes the universalization of the Platypus. The essay concludes that Brazil is not capitalism’s past but its future—one in which modernity reaches its most brutal form by transforming social collapse into a driver of accumulation.

KEYWORDS: Digital platypus; Platformization; Precarity; Performance society; Coloniality.

Introdução

A história das ideias no Brasil pode ser lida, em larga medida, como a história de uma ansiedade ontológica. De Joaquim Nabuco a Sérgio Buarque de Holanda, passando pela CEPAL e pela teoria da modernização, o pensamento social brasileiro orbitou obsessivamente em torno de uma diagnóstica da “falta”. Faltava-nos o povo, faltava-nos a ética do trabalho protestante, faltava-nos a racionalidade impessoal do Estado burguês, faltava-nos o capital acumulado. Sob essa ótica, a identidade nacional foi invariavelmente narrada como um *gap* a ser preenchido, um atraso temporal em relação a um Norte Global que detinha o monopólio do presente. Vivíamos, assim, sob a tirania de uma mimese compulsória. A tarefa histórica do Brasil seria a de alcançar a modernidade, mimetizando suas formas institucionais e econômicas na esperança de que, pela cópia, a substância do progresso eventualmente se materializasse nos trópicos.

Essa estrutura de pensamento, profundamente enraizada na colonialidade, produziu o que podemos chamar de uma “teleologia do subdesenvolvimento”², a crença de que o tempo histórico é linear e que o Brasil estaria apenas em um estágio anterior da mesma estrada percorrida pela Europa. O “país do futuro” era, na verdade, o país que recusava o seu próprio presente, condenado a um devir perpétuo que jamais se

2 Referência à discussão sobre “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência”, cf: Koselleck, R. *Futuro passado*.

concretizava. O espelho em que nos mirávamos não refletia o que éramos, mas o que deveríamos ser caso tivéssemos seguido corretamente o manual civilizatório.

No entanto, este ensaio parte da premissa de que o século XXI operou uma ruptura tectônica nessa geopolítica do tempo. A emergência do capitalismo de plataforma e a reconfiguração neoliberal das subjetividades globais não apenas quebraram esse espelho, como inverteram a sua lógica reflexiva. A hipótese aqui sustentada é radicalmente cínica, não é o Brasil que caminha para alcançar a ordem do Norte; é o capitalismo tardio que caminha, a passos largos, em direção à estrutura social brasileira. O atraso, entendido como a precarização estrutural, a flexibilidade informal e a convivência promíscua entre alta tecnologia e superexploração arcaica, deixou de ser um resíduo a ser superado para se tornar a vanguarda exigida pela nova economia digital.

Para compreender essa inversão, é imperativo revisitar a metáfora seminal de Francisco de Oliveira, o Ornitorrinco. Ao analisar a modernização brasileira, Oliveira identificou uma criatura híbrida, monstruosa, em que o atraso não era um obstáculo à acumulação de capital, mas o seu motor. A informalidade, a ausência de direitos trabalhistas e a miséria urbana não eram falhas do sistema; eram as condições de possibilidade para que o moderno existisse e lucrasse. O Ornitorrinco era a prova de que o subdesenvolvimento não era uma etapa, mas um projeto.

Contudo, se na década de 1990 e início dos anos 2000 o Ornitorrinco parecia uma anomalia tropical, uma jabuticaba sociológica, hoje ele se universalizou. O que Oliveira descreveu como a “crítica à razão dualista”³ tornou-se o *modus operandi* do Vale do Silício. A “uberização” global nada mais é do que a “brasileirização” das relações de trabalho. A conversão da incerteza em gestão, do “bico” em empreendedorismo, da sobrevivência em performance.

Quando Byung-Chul Han descreve o “sujeito do desempenho”⁴, como aquele que não precisa de um senhor feudal porque explora a si mesmo até a exaustão, crente de que é livre, ele está descrevendo, com precisão cirúrgica, uma subjetividade que o brasileiro domina há séculos. Aqui, o neoliberalismo não precisou desmontar um Estado de Bem-Estar

3 Sobre a crítica à interpretação do Brasil como um país de “falta”, cf.: Oliveira, F. *Crítica à razão dualista*.

4 O conceito contrapõe-se à sociedade disciplinar de Foucault. Cf.: Han, B.C. *Sociedade do cansaço*.

Social sólido, pois este sempre foi uma ficção para a maioria. O terreno brasileiro já estava terraplanado para o algoritmo. A flexibilidade predatória, que o capitalismo europeu agora tenta implementar sob protestos, é a nossa natureza econômica. O “jeitinho”, antes visto como corrupção moral ou ineficiência pré-moderna, foi capturado, codificado e monetizado pelas plataformas como agilidade, resiliência e adaptabilidade.

Portanto, o argumento central deste ensaio é que o Brasil deixou de ser a periferia atrasada para se tornar o laboratório de vanguarda do capitalismo digital. Nós não estamos atrás dos Estados Unidos ou da Alemanha; nós estamos à frente. Nós já vivemos, há gerações, a realidade que eles agora começam a temer. A dissolução das fronteiras entre tempo de vida e tempo de trabalho, a informalidade como regra, a violência gerida por métricas de segurança privada e a ausência de horizonte coletivo.

A tecnologia digital, ao aterrissar no Brasil, não encontrou um terreno resistente; encontrou um acelerador de partículas. O smartphone na mão do entregador de aplicativo que mora na favela não é um sinal de que a modernidade chegou para salvá-lo; é a ferramenta que permite que a sua exploração seja otimizada em tempo real, conectando o século XIX (a tração humana, a fome) ao século XXI (o big data, o GPS) sem mediações institucionais.

Ao abandonarmos a neurose do “país do futuro” para encararmos a realidade brutal do “país do presente perpétuo”, percebemos a dimensão da nossa tragédia. A tragédia não é ter ficado para trás na corrida do progresso. A tragédia é que, pela primeira vez na história, o mundo nos alcançou. E o que o mundo encontrou aqui não foi a promessa de emancipação tropical, mas a eficiência implacável de uma modernidade que aprendeu a extrair valor do próprio colapso social. O Ornitorrinco, finalmente, herdou a Terra.

Para sustentar essa tese, este ensaio se desdobrará em três movimentos analíticos. Primeiramente, revisitaremos a construção do imaginário do atraso e como a metáfora do Ornitorrinco, de Francisco de Oliveira, desmonta a ilusão de que a modernização brasileira foi incompleta; ela foi, na verdade, completa em sua perversidade. Em um segundo momento, articularemos essa base material com a crítica da cultura digital de Byung-Chul Han, demonstrando como a “sociedade do cansaço” encontra no Sul Global sua expressão mais radical e violenta. Por fim, analisaremos como a performance digital brasileira, a nossa obsessão por visibilidade e métricas, não é uma tentativa de ser moderno, mas uma estratégia de

sobrevivência dentro desse novo paradigma onde a existência só é validada pelo algoritmo.

Assim, propõe-se aqui não uma nova sociologia da identidade nacional, mas uma ontologia do presente. Não se trata mais de perguntar “quem somos nós?”, mas de entender “o que o capitalismo fez de nós e como nós nos tornamos o modelo para o resto do mundo?”.

2 A anatomia do monstro: do subdesenvolvimento à plataformação da vida

Para sustentar a tese de que o Brasil prefigura o horizonte distópico do capitalismo digital, é preciso, antes, desmontar a arquitetura teórica que por décadas nos convenceu de que éramos apenas incompletos. A sociologia clássica da modernização operava sob a chave da “razão dualista”. Imaginava-se o país cindido entre dois polos antagônicos: um moderno, industrial e racional; e outro arcaico, agrário e atrasado. A promessa política era a de que o primeiro fagocitaria o segundo, e que o desenvolvimento seria o processo gradual de substituição do atraso pela modernidade.

Francisco de Oliveira, em sua crítica⁵, implodiu essa ilusão. Ao diagnosticar a formação do Ornitorrinco, ele demonstrou que o arcaico não era um obstáculo ao moderno, mas a sua condição de possibilidade. Na periferia do capitalismo, a acumulação não ocorre apesar do atraso, mas através dele. A manutenção de uma vasta massa de trabalhadores na informalidade, sem direitos e com baixo custo de reprodução, não foi uma falha do sistema, mas o mecanismo que permitiu ao setor moderno acumular capital a taxas que seriam impossíveis em economias centrais.

O atraso, portanto, sempre foi funcional. A precariedade brasileira nunca foi um resíduo a ser eliminado; foi um ativo a ser gerido. O Ornitorrinco é a figuração dessa simbiose monstruosa. Uma sociedade altamente urbanizada e industrializada que, paradoxalmente, recusa a forma-salário clássica e o Estado de Bem-Estar. Ele é o animal que combina a tecnologia de ponta (na época, a indústria pesada; hoje, o algoritmo) com relações de trabalho que remontam à escravidão e ao clientelismo.

Ao transportarmos essa análise para o século XXI, percebemos que o Vale do Silício não inventou a “gig economy”; ele apenas digitalizou a estrutura do Ornitorrinco. O que as *Big Techs* chamam hoje de “flexibilidade”

5 A tese do Ornitorrinco como evolução truncada da modernização brasileira encontra-se em: Oliveira, F. “O Ornitorrinco”. In: *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. Boitempo, 2003.

ou “parceria” é o nome gourmetizado para a velha superexploração que Oliveira descrevia nos anos 1970. A transferência dos custos da atividade econômica para o próprio trabalhador. Se antes o operário construía sua própria casa na periferia para desonerar o capital do custo de moradia, hoje o motorista compra seu próprio carro e paga sua própria gasolina para desonerar a plataforma do custo do capital fixo. A lógica é rigorosamente a mesma; mudou-se apenas a interface.

Essa continuidade histórica nos leva ao segundo ponto fundamental, a especificidade da força de trabalho brasileira. Diferentemente da Europa, onde a “sociedade salarial” (Robert Castel, 1998)⁶ criou uma expectativa de estabilidade e seguridade, o Brasil jamais universalizou o trabalho formal. A carteira assinada sempre foi um privilégio de casta, uma ilha de direitos cercada por um oceano de “se virar”.

Historicamente, lemos essa informalidade como uma chaga. Contudo, sob a ótica perversa do novo capitalismo de plataforma, essa ausência de proteção converteu-se em uma vantagem competitiva trágica. O trabalhador brasileiro já é, por formação histórica, o “empreendedor de si mesmo” que o neoliberalismo sonha. Ele não precisou ser doutrinado por *coaches* motivacionais para aprender a viver na incerteza; a incerteza é o seu habitat natural.

A cultura da “viração”, a capacidade de improvisar renda, de acumular funções, de trabalhar sem horário fixo e sem garantias, deixou de ser um sinal de subdesenvolvimento para se tornar o *soft skill* supremo da era digital. Quando a Uber ou o iFood aterrissam em solo brasileiro, encontram um terreno subjetivo já terraplanado pela precariedade histórica. Não há o choque cultural que existe na França ou na Alemanha, onde o trabalhador resiste à perda de direitos. Aqui, a plataforma é recebida não como a destruidora de direitos (que muitos nunca tiveram), mas como a organizadora do caos.

No entanto, a atualização do Ornitorrinco não se esgota na dimensão econômica; ela inaugura uma ruptura ontológica no próprio conceito de Direito e de sujeito jurídico. Se observarmos o fenômeno sob a lente da biopolítica contemporânea, percebemos que a plataformização do trabalho no Brasil opera a institucionalização de um Estado de Exceção permanente (Agamben, 2004)⁷, mas de uma natureza inédita. Não mais

6 O conceito de sociedade salarial como fiadora da cidadania moderna é desenvolvido em: Castel, R. *As metamorfoses da questão social*.

7 Agamben argumenta que o estado de exceção tornou-se o paradigma de governo dominante

decretado por um soberano estatal em momentos de crise política, mas codificado nos “Termos de Uso” de corporações transnacionais e aceito tacitamente como contrato social.

A figura do trabalhador de plataforma habita uma zona cinzenta, um limbo normativo onde a proteção da lei trabalhista é suspensa, não pela força das armas, mas pela semântica da parceria. Nesse espaço, o indivíduo sofre uma regressão de seu status, ele deixa de ser uma “Pessoa” — no sentido jurídico romano de portador de uma máscara de direitos e deveres na esfera pública — para se tornar o que a filosofia crítica identifica como vida nua.⁸ Ele é um corpo biológico disponível para a extração de energia, gerido por uma métrica de eficiência que ignora a dignidade humana em favor da prontidão logística.

Walter Benjamin, em suas teses sobre a história, alertava que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra”⁹. No Brasil, o Ornitorrinco sempre foi a materialização dessa tese, a lei sempre funcionou para alguns, enquanto a exceção (a violência policial, a informalidade, a fome) governava a maioria. O que o capitalismo digital realiza é a automação dessa exceção. O algoritmo não julga circunstâncias, não ouve apelos e não negocia; ele executa a sentença da exclusão de forma asséptica e matemática.

Essa transição carrega um peso ético devastador. Ao substituir o contrato de trabalho (que pressupõe, ainda que formalmente, dois sujeitos de direito) pela adesão à plataforma (que pressupõe um usuário e um sistema), dissolve-se a possibilidade de reconhecimento do Outro. A relação ética, que exige o rosto e a alteridade, é mediada por uma interface que reduz o sofrimento humano a um dado de latência ou a uma falha de entrega.

Portanto, o triunfo do Ornitorrinco Digital representa o crepúsculo da promessa moderna de cidadania. O que emerge não é uma comunidade política de sujeitos livres, mas um arquipélago de mônadas isoladas, competindo entre si sob a vigilância de um soberano invisível e algorítmico. A vantagem brasileira, tragicamente, reside no fato de que a nossa frágil construção da esfera pública e da pessoa jurídica permitiu que essa erosão ocorresse sem as resistências institucionais encontradas no Norte Global.

na política contemporânea. Cf. Agamben, G. *Estado de Exceção*.

8 A *vida nua* (*homo sacer*) é a vida incluída no ordenamento jurídico apenas através da sua exclusão. Cf. Agamben, G. *Homo Sacer*.

9 Benjamin, W. “Sobre o conceito de história”, Tese VIII.

Aqui, a desumanização não precisou vencer a barreira da Lei; ela apenas ocupou o vazio que a Lei nunca preencheu.

O Ornitorrinco, assim, atualiza-se. O arcaico deixa de ser o camponês sem terra e passa a ser o entregador gamificado. A tecnologia digital acopla-se perfeitamente a essa estrutura social porque o algoritmo funciona melhor onde a regulação estatal é falha e onde a mão de obra está habituada a ser descartável. O Brasil torna-se, então, a vanguarda, o lugar onde o capital consegue extrair valor da vida nua sem os atritos da legislação trabalhista ou da solidariedade de classe. Onde o mundo vê uma crise humanitária, o algoritmo vê um mercado de alta eficiência.

Chegamos, portanto, ao coração da mutação. Se Oliveira via no Ornitorrinco uma modernização truncada, uma mimese incompleta do Norte, o cenário atual sugere algo mais perturbador. O Brasil não está mais tentando copiar o modelo de trabalho do Norte; é o modelo de trabalho do Norte que está sendo “brasileirizado”.

A “uberização” global é a exportação da nossa tecnologia social de exploração. O Ornitorrinco deixou de ser uma criatura exótica confinada aos trópicos para se tornar o paradigma universal das relações de produção no século XXI. A combinação brasileira de alta conectividade digital e baixa proteção social é o sonho úmido do capital financeiro global.

Nesse sentido, a mimese se inverteu. Não somos nós que olhamos para o espelho europeu em busca de salvação; é o espelho que se estilhou, revelando que, por trás da imagem de civilidade do Norte, o que emerge é a face brutal do Ornitorrinco. A nossa vantagem nessa distopia é que nós já nascemos nas ruínas que eles agora começam a habitar. O Brasil, com sua mistura de *high tech* e *low life*, de inteligência artificial e fome, não é o passado do capitalismo. É o seu futuro inevitável.

3 A neurose da performance tropical: o sujeito do desempenho na terra do não-direito

Se aceitarmos a premissa de que o Ornitorrinco se digitalizou, precisamos investigar que tipo de subjetividade habita essa nova estrutura. A filosofia contemporânea, notadamente através de Byung-Chul Han, diagnosticou a emergência da “Sociedade do Cansaço”, um regime onde a negatividade da proibição (o “não pode”) foi substituída pela positividade do poder (o “yes, we can”). O sujeito moderno não é mais o corpo dócil disciplinado pela fábrica de Foucault; ele é o “sujeito do desempenho”,

que explora a si mesmo com uma eficiência que nenhum capataz externo conseguiria impor, crente de que está exercendo sua liberdade.

Contudo, ao transpor esse diagnóstico para a latitude sul-americana, percebemos que ele sofre uma mutação perversa. No centro do capitalismo, a autoexploração é impulsionada por uma neurose de realização pessoal e sucesso; na periferia, ela é impulsionada pelo pânico da fome. O cansaço brasileiro não é meramente existencial ou psíquico; ele é biológico e estrutural. Aqui, o imperativo do desempenho não visa apenas o acúmulo de capital ou status, mas a manutenção da vida nua.

O Brasil, portanto, radicaliza a tese de Han. Se o europeu se esgota para ser “mais”, o brasileiro se esgota para continuar sendo “alguém” num tecido social que ameaça, a todo instante, devolvê-lo à invisibilidade estatística. A nossa “sociedade do cansaço” não produz apenas *burnout* e depressão; ela produz colapso físico e morte prematura. O imperativo “faça você mesmo”, mantra do neoliberalismo global, encontra no Brasil uma ressonância macabra, aqui, ele significa “sobreviva você mesmo”.

Essa dinâmica revela a face oculta da nossa suposta flexibilidade. Há décadas vendemos ao mundo a imagem do brasileiro criativo, adaptável, mestre do improviso. O discurso neoliberal capturou esses traços culturais e os rebatizou de empreendedorismo. De repente, o camelô, o entregador e o prestador de serviços precários foram alçados à categoria de empresários de si mesmos.

Essa operação discursiva é brilhante e cruel. Ao transformar a sobrevivência em *business*, o sistema despolitiza a precariedade. O fracasso deixa de ser um problema de economia política (falta de emprego, renda, direitos) e torna-se uma falha de caráter, de *mindset*, de falta de esforço individual. O sujeito do desempenho brasileiro carrega, assim, um peso duplo, a carga material da exploração sem limites e a carga moral da culpa pelo próprio infortúnio.

Aqui, convém aprofundar a ferida filosófica. A mutação operada pelo capitalismo de plataforma no Sul Global não se restringe à precarização econômica; ela instaura um novo regime de veridicção (Foucault, 2008). O sujeito do desempenho brasileiro não é apenas coagido a produzir; ele é coagido a *confessar* sua produtividade ininterruptamente. O algoritmo opera o que Byung-Chul Han denomina de “psicopolítica”¹⁰. O poder não

10 Sobre a passagem da biopolítica do corpo para a psicopolítica da mente e a exploração da liberdade, ver: Han, B.C. *Psicopolítica*. Sobre os regimes de veridicção e o neoliberalismo, ver: Foucault, M. *Nascimento da biopolítica*.

age mais interditando o corpo, mas seduzindo a psique a se expor, a se tornar dados, a se tornar transparente.

Nessa transição, torna-se imperativo revisitar a leitura de Miroslav Milovic em *As metáforas do poder*. O autor nos alerta sobre como os regimes de poder se perpetuam através de deslizamentos semânticos que ocultam a dominação. Se a modernidade clássica operava sob a metáfora da Soberania e da Lei, o capitalismo de plataforma institui a metáfora da Conexão e da Parceria. Milovic argumenta que a metáfora não é apenas um recurso linguístico, mas uma estrutura que define o horizonte do possível. Ao mascarar a subordinação hierárquica com a linguagem horizontal da comunidade de usuários, as plataformas realizam a operação ideológica perfeita, a invisibilização do conflito. O entregador não se revolta contra o algoritmo porque a metáfora vigente o convenceu de que ele é o próprio negócio.

Nesse contexto, o sistema de avaliações (as “cinco estrelas”) deixa de ser uma métrica de qualidade de serviço para se tornar uma métrica de valor moral e ontológico. Para o precariado digital, a nota do aplicativo é a nova face do Juízo Final, mas um juízo sem Deus e sem redenção, atualizado em tempo real a cada corrida ou entrega. A ética da alteridade, a responsabilidade pelo Rosto do Outro, como queria Lévinas e que era cara a Milovic, é substituída pela ética da avaliação. O Outro deixa de ser um semelhante com quem construo uma comunidade política e torna-se um cliente a ser agradado sob pena de desativação.

Essa dinâmica opera a subsunção real da vida ao capital. Não há mais “tempo de fora”. O tempo de espera, o tempo de descanso, o tempo de afeto, tudo é potencialmente tempo de trabalho ou tempo de angústia pela falta dele. O Ornitorrinco Digital devora o futuro do sujeito. Ao viver na iminência da próxima notificação, o brasileiro perde a capacidade de narrar sua própria história; ele vive num agora perpétuo e tirânico. A identidade nacional, antes forjada em mitos históricos (ainda que problemáticos), agora se dissolve na fluidez dos dados. Somos o que o algoritmo diz que somos.

Essa dissolução da interioridade é o triunfo final da colonialidade, não precisamos mais do capataz com o chicote, pois internalizamos o senhor na forma de uma ansiedade estatística. O sujeito se vigia, se pune e se molda para caber na métrica, operando uma violência contra si mesmo que nenhum Estado totalitário conseguiria implementar com tamanha eficiência.

Nesse cenário, a plataforma digital surge como a grande validadora dessa lógica. Ela oferece a infraestrutura técnica para que a autoexploração atinja níveis industriais. O algoritmo não obriga ninguém a trabalhar 14 horas por dia; ele apenas desenha um sistema de incentivos e punições (gamificação) onde trabalhar menos do que isso significa a exclusão econômica. O smartphone transforma-se, então, na fábrica portátil, permitindo que o capital extraia valor de cada poro do tempo livre, colonizando o sono, o lazer e o afeto. O “jeitinho”, essa tecnologia ancestral de navegação na escassez, é agora codificado em linhas de código que premiam a disponibilidade total.

Por fim, é preciso conectar essa subjetividade digital à realidade material da violência. Achille Mbembe¹¹ nos ensinou que a soberania, na periferia, exerce-se pelo poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. No Brasil digital, essa gestão da morte ganha uma camada algorítmica.

As plataformas de entrega e transporte, ao gerirem a circulação de corpos pela cidade cindida, operam uma necropolítica difusa. O algoritmo decide qual corpo vai para a zona de risco, qual rota é precificada, qual vida vale o bônus de chuva. O entregador que se acidenta para cumprir o prazo do aplicativo não é uma falha do sistema; ele é o custo operacional previsto, o colateral aceitável da conveniência urbana.

Diferentemente da necropolítica estatal clássica, que mata com o fuzil, a necropolítica algorítmica mata pelo cansaço e pelo risco calculado. Ela terceiriza a morte para o próprio indivíduo. O sujeito, exausto pela busca da meta inatingível, torna-se o agente de sua própria destruição. Assim, o Brasil prefigura um modelo de governança onde a coerção física é substituída (ou complementada) pela coerção psíquica das métricas.

Neste laboratório tropical, o Ornitorrinco Digital revela sua faceta mais sombria. Ele é a criatura que aprendeu a transformar o próprio sangue em dado, e o próprio esgotamento em lucro. A modernidade que nos alcançou não trouxe a emancipação iluminista; trouxe a liberdade de nos explorarmos até o osso, mediados por uma tela brilhante que nos chama de parceiros.

11 Mbembe, A. *Necropolítica*. O autor expande o conceito de biopolítica para incluir o poder de ditar quem deve morrer ou viver em zonas de morte (como a colônia ou a periferia).

4 A estética do colapso: o espetáculo algorítmico da periferia

Se, na modernidade sólida, a identidade nacional buscava se legitimar através da mimese das instituições europeias, copiando suas leis, sua arquitetura e sua etiqueta na esperança de ser reconhecida como civilizada, na modernidade líquida e digital, a estratégia inverteu-se. O Brasil não busca mais ser “sério” como a Europa; ele descobriu que o seu “caos” é uma commodity de alto valor no mercado da atenção.

O espelho, outrora fraturado pela incapacidade de refletir uma ordem que não existia, foi substituído pela tela do smartphone e pelo *ring light*. Nesse novo regime de visibilidade, a identidade brasileira deixa de ser um problema ontológico para se tornar uma performance estética. A nossa cordialidade¹², antes um mecanismo arcaico de relações pessoais, foi convertida em engajamento. A nossa informalidade violenta foi reembalada como espontaneidade e autenticidade.

O algoritmo das redes sociais, sedento por retenção e reações viscerais, privilegia o excesso, o humor, o corpo e o absurdo. O Brasil, na sua condição de Ornitorrinco, onde o grotesco e o sublime convivem na mesma calçada, torna-se o produtor de conteúdo ideal para um mundo entediado pela previsibilidade. A nossa miséria visual, a arquitetura improvisada das favelas, a gambiarra e o viral tornam-se ativos estéticos. Não exportamos mais commodities industriais com o mesmo vigor; exportamos memes, dancinhas e a estética da precariedade. O soft power brasileiro no século XXI não é diplomático; é algorítmico.

É fundamental analisar o papel central do meme na psique nacional contemporânea. Frequentemente celebrado como prova da criatividade ou resiliência do brasileiro («o brasileiro precisa ser estudado pela NASA»), o meme deve ser lido aqui sob uma chave mais sombria, ele é o mecanismo de defesa psíquica de uma sociedade em colapso permanente.

Rir da própria tragédia é a única forma de suportar a realidade do Ornitorrinco sem sucumbir à loucura. O meme opera como um anestésico social, ele processa a violência, a corrupção e a desigualdade, transformando o trauma em piada compartilhável. Contudo, essa catarse é paralisante. Ao transformarmos o absurdo político em *sticker* de WhatsApp, normalizamos o inaceitável. A indignação que deveria gerar ruptura política é dissipada na forma de entretenimento fugaz.

12 O conceito de homem cordial, que age movido pela emoção e recusa a impessoalidade da lei, está em: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*.

A viralização substituiu a revolução. O Brasil digital é uma máquina de transformar sofrimento em conteúdo. A enchente, o assalto, a crise política, tudo é imediatamente metabolizado pela linguagem da internet e devolvido como produto de consumo irônico. O sujeito brasileiro, exausto pela luta da sobrevivência (descrita no tópico anterior), encontra no meme não a emancipação, mas o alívio cínico de quem sabe que o futuro não existe, então o melhor é rir do apocalipse enquanto ele acontece.

Aqui, faz-se necessário invocar a advertência de Walter Benjamin sobre a “estetização da política”¹³. Se o fascismo histórico transformava a guerra em espetáculo para mobilizar massas, o capitalismo digital brasileiro opera uma estetização da miséria para desmobilizá-las. Ao converter a violência urbana, a precariedade da infraestrutura e o colapso institucional em conteúdo viral, o algoritmo realiza uma operação de anestesia ética profunda. O sofrimento do Outro deixa de ser um apelo por justiça, uma demanda que exigiria uma resposta política na esfera pública, e torna-se objeto de fruição estética, um *glitch* na realidade que nos diverte pela sua absurdidade.

Essa dinâmica corrói as bases do que Hannah Arendt definia como espaço público.¹⁴ O lugar onde os homens aparecem uns aos outros para deliberar sobre o mundo comum. No Brasil do Ornitórrinco Digital, o mundo comum fragmentou-se em *timelines* personalizadas onde a realidade só é tolerável se filtrada pela ironia. A ironia, antes uma arma de crítica, tornou-se um escudo cínico contra a responsabilidade. Quando tudo é piada, nada é sério; e se nada é sério, a injustiça torna-se apenas mais um elemento da paisagem, tão imutável quanto a gravidade.

Milovic nos lembrava que a justiça pressupõe a capacidade de ouvir o sofrimento do Outro. O meme, contudo, é uma forma de surdez ruidosa. Ele captura a imagem do oprimido, mas silencia sua voz política, devolvendo-o ao circuito como caricatura. Assim, a nossa criatividade digital não é sinal de vitalidade democrática, mas o sintoma de uma sociedade que desistiu de transformar a realidade e optou por consumi-la. O riso que ecoa nas redes sociais diante da tragédia nacional não é o riso libertador do carnaval (Bakhtin, 1987), que inverte hierarquias; é o riso

13 Benjamin alerta para o perigo do fascismo ao transformar a política em experiência estética. Cf. Benjamin, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”.

14 Sobre a esfera pública como local de aparecimento e ação política, ver: Arendt, H. *A Condição Humana*.

nervoso de quem assiste ao próprio naufrágio transmitido em 4K, incapaz de tomar o leme, restando-lhe apenas curtir a transmissão.

Por fim, essa dinâmica atinge seu ápice na exportação da cultura periférica. O funk, a estética da “laje”, o visual do “mandrake” ganharam o mundo e as passarelas de luxo. Poder-se-ia ler isso como uma vitória dos oprimidos, uma “tomada de assalto” da cultura hegemônica pela periferia. Mas a lógica do Ornitorrinco sugere cautela.

O que ocorre é uma fagocitose capitalista. O sistema não integrou a favela (dando-lhe saneamento, segurança e cidadania); ele apenas integrou a imagem da favela. A periferia foi “uploadada” como estética, esvaziada de sua carga política e vendida como o novo “exótico” para o consumo global. A Anitta ou o trapper que vencem o jogo são exceções que confirmam a regra, a ascensão é individual e performática, nunca coletiva e estrutural.

O Norte Global consome a nossa vitalidade, a nossa sexualidade e a nossa “ginga” com a voracidade de quem consome um recurso natural escasso. Eles querem a nossa festa, mas não os nossos problemas sociais; querem a batida do funk, mas não a violência que o engendrou. O Brasil torna-se, assim, o grande parque temático do Sul Global, um lugar onde a vida parece mais real e intensa justamente porque é mais barata e descartável.

A performance da identidade brasileira no espelho digital é, portanto, a última fronteira da nossa dependência. Continuamos sendo “para os outros” (como dizia a teoria da dependência), mas agora não fornecemos apenas açúcar ou café; fornecemos a dopamina digital que mantém o mundo girando. Somos os bobos da corte no banquete do algoritmo global, performando uma alegria histórica para esconder a fratura exposta de nossa formação social.

5 A soberania do algoritmo e o crepúsculo da comunidade: notas sobre um futuro sem promessa

Ao longo deste percurso, procuramos demonstrar que a identidade brasileira, historicamente tensionada entre a mimese do Norte e a realidade brutal do Sul, sofreu uma mutação radical sob o signo do digital. A figura do Ornitorrinco, evocada por Francisco de Oliveira para descrever a nossa modernização incompleta, revelou-se não como um erro de percurso, mas como o protótipo da nova ordem global. Se a promessa da modernidade era a superação do atraso pela via do Direito e da institucionalidade, o

que testemunhamos hoje é a vitória da técnica sobre a política, e da gestão sobre a lei.

A “aceleração do tempo” (Koselleck, 2006) que nos angustiava, pois nos deixava sempre para trás na corrida do progresso, foi substituída por um “presentismo” absoluto. No regime algorítmico, não há futuro a ser alcançado, apenas um agora perpétuo de notificações, metas e engajamento. O Brasil, habituado à urgência da sobrevivência e ao curto prazo da “viração”, adaptou-se a esse tempo sem história melhor do que as velhas democracias liberais. A nossa tragédia é que o “país do futuro” finalmente chegou ao seu destino, apenas para descobrir que o futuro não era a emancipação, mas a otimização da barbárie.

Retomando a ótica da Teoria Crítica e da Biopolítica, o cenário aqui descrito ratifica o esfacelamento da esfera pública. A análise da “uberização” demonstrou como o algoritmo não apenas organiza a produção, mas consolida o Estado de Exceção permanente debatido ao longo deste ensaio. A suspensão da norma jurídica estatal em favor dos códigos proprietários das plataformas deslocou a soberania, o poder de decidir sobre a vida e a morte (social e econômica) migrou do Estado para a infraestrutura tecnológica. O trabalhador brasileiro, convertido em vida nua digital, é a prova viva de que a cidadania moderna pode ser revogada silenciosamente, sem golpe de estado, apenas pela atualização dos “Termos de Uso”.

Nesse sentido, a crise brasileira transcende a economia; ela é uma crise da própria possibilidade de Comunidade. Se a comunidade pressupõe o encontro com o Outro e a responsabilidade partilhada, a alteridade ética, a lógica das redes promove a imunização do sujeito. Fechado em sua bolha algorítmica, performando para uma plateia invisível, o indivíduo perde a capacidade de experiência comum. A solidariedade de classe é pulverizada pela competição de todos contra todos no mercado da atenção, onde o outro não é um semelhante, mas um rival ou um espectador.

Esse isolamento algorítmico atinge o coração do problema político debatido por Milovic em *Democracia e Identidade*. Para o filósofo, a democracia não pode ser reduzida a procedimentos formais; ela depende crucialmente do reconhecimento da diferença e da tensão dialética entre o universal e o particular. O que o Ornitórrinco Digital promove, contudo, é a aniquilação dessa dialética. Nas redes sociais, a identidade deixa de ser uma construção política de reconhecimento mútuo para se tornar uma *commodity* de engajamento, um perfil estático em um banco de dados.

Milovic nos ensina que sem a abertura para a diferença, a sociedade se fecha em um totalitarismo do Mesmo, e o algoritmo é, por excelência, a máquina de reprodução do Mesmo, incapaz de lidar com a verdadeira alteridade que funda a democracia.

Diante desse quadro, impõe-se uma questão derradeira sobre o destino da Justiça na era da técnica. A tradição filosófica sempre compreendeu a Justiça como uma aporia¹⁵, um momento de decisão ética diante do incalculável. O algoritmo, contudo, opera na lógica inversa, ele é a celebração do cálculo absoluto. Para a razão digital, não existe “sujeito”, existe “perfil”; não existe “acontecimento”, existe “padrão”. O drama brasileiro denuncia que, quando a governança da vida é entregue à inteligência artificial, a Justiça desaparece para dar lugar à Eficiência. O algoritmo é incapaz de duvidar, de perdoar ou de suspender o juízo, atos fundamentalmente humanos e políticos.

O Brasil do Ornitorrinco Digital prefigura, portanto, um mundo onde o Direito é substituído pela programação. A violência desse processo reside no fato de que o sistema não nos oprime por odiar a nossa humanidade, mas por ser indiferente a ela. Para a máquina que gere o nosso trabalho e o nosso desejo, a dor humana é apenas um ruído no processamento de dados, um atrito a ser corrigido na próxima atualização de software.

Conclui-se, assim, que a saída do espelho colonial não se deu pela quebra da dependência, mas pela universalização da nossa imagem. O Brasil não precisa mais imitar a Europa, pois a Europa caminha, trêmula, para se tornar um imenso Brasil, precarizada, desigual, violentamente gerida por técnicas de segurança e refém de populismos digitais.

A “ruptura epistemológica” necessária, portanto, é muito mais árdua do que supúnhamos. Não basta “olhar para dentro” ou valorizar a cultura nacional, pois o “dentro” já foi colonizado pela lógica do capital de plataforma. A nossa própria autoimagem — festiva, resiliente, criativa — tornou-se a armadilha que nos prende à engrenagem de produção.

O paradigma do Ornitorrinco nos ensina que a monstruosidade, quando se torna sistêmica, deixa de ser vista como monstro e passa a ser a nova normalidade. O Brasil é a vanguarda dessa normalização. Resta-nos a tarefa melancólica, mas necessária, de sustentar o olhar diante desse abismo, recusando as soluções fáceis da autoajuda nacionalista. Talvez, a única

15 Esta reflexão dialoga com a leitura de Miroslav Milovic sobre a impossibilidade de reduzir a justiça ao direito positivo ou ao cálculo. Ver: Milovic, M. *Comunidade da diferença*.

resistência possível comece pelo reconhecimento de que a modernidade não falhou no Brasil; ela teve um sucesso terrível. E é sobre as ruínas desse sucesso que precisaremos, quem sabe, reinventar alguma ideia de justiça que sobreviva à voracidade do algoritmo.

Referências

- Agamben, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Agamben, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- Arendt, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- Bakhtin, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Castel, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Foucault, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Han, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.
- Han, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Koselleck, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Mbembe, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- Milovic, Miroslav. **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Milovic, Miroslav. **Democracia e Identidade**. In: Milovic, Miroslav (org). *Sociedade e diferença*. Brasília: Casa das Musas, 2 ed., 2006, p. 35-47.

Milovic, Miroslav. **As metáforas do poder**. In: Miro 70 anos: diálogos com Miroslav Milovic. Brito, Rose; Fernandes, Paulo; Bonfim, Cacilda. Tradução de Juliano Zaiden Benvindo. Santo Ângelo: Ilustração, 2025, p. 17-29

Oliveira, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.